

EDITORIAL

O *Tema em Destaque* deste número – “Avaliação, políticas, programas e gestão” – apresenta oito artigos. Neles, a relação entre avaliação e gestão educacional é analisada, bem como discutem-se aspectos de avaliações erigidas como política pública em estados ou municípios. O artigo de Souza, Pimenta e Machado aborda aspectos da avaliação e da gestão municipal da Educação, apresentando informações coletadas de catorze municípios por meio de entrevistas com os profissionais das Secretarias de Educação e de documentos produzidos pelas redes sobre seus sistemas de avaliação. Verificou-se a tendência de adoção da avaliação, nos moldes conduzidos pelo governo federal; e identificou-se o uso do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica como um fator indutor de maior atenção aos resultados de desempenho de alunos.

O trabalho de Lima trata do ciclo de avaliação da educação básica do Estado do Ceará, discutindo seus principais resultados. Em sintonia com a ênfase em avaliação educacional, como tônica das políticas educacionais contemporâneas, com vistas a subsidiar ações de planejamento e monitoramento dos sistemas educacionais, o autor estuda os esforços do Ceará na ampliação do Spaece, que passou a ser realizado anualmente de forma censitária e universal. Aborda o período de 2007 a 2010, as principais ações desenvolvidas, os resultados produzidos, a forma de comunicação e a utilização de tal política. Os dados revelam uma tendência de melhoria no desempenho dos alunos em todas as séries e disciplinas avaliadas, mostrando-se mais acentuada nos anos iniciais, ou seja, nos 2º e 5º anos, e com menor intensidade nos anos finais, o que sinaliza para políticas de gestão que atuem mais efetivamente nos demais anos de ensino regular.

Abordando a questão das reformas educacionais, com base na avaliação em seu papel de regulação dos processos de

gestão da aprendizagem escolar, Grego investiga as formas e racionalidades implícitas de regulação social/autonomia dos processos de gestão da aprendizagem, historicamente estabelecidas nas reformas educacionais de 1971 até 2002, via diretrizes de avaliação do rendimento escolar, no Estado de São Paulo. Toma como categorias centrais a continuidade e ruptura nos padrões e mecanismos de regulação social do trabalho educativo. A análise mostra como, a partir de 1971, alteram-se substancialmente as formas de avaliação e seu controle passa para as mãos dos especialistas, inaugurando-se estratégias de desqualificação das práticas educativas. No início dos anos 1980 geram-se tensões entre o discurso da autonomia e qualificação da escola e professores e as normatizações oficiais que deslocam as decisões para instâncias externas, e, no período posterior até os anos 2000, multiplicam-se os mecanismos de regulação da gestão educativa, subtraindo da escola e professores a gestão dos processos educativos.

Em estudo remissivo e aproximando-se de um estado da arte, Poltronieri e Calderón, no texto “Avaliação na educação básica: a revista Estudos em Avaliação Educacional”, fazem um mapeamento da produção científica publicada pela Fundação Carlos Chagas sobre a temática avaliação da aprendizagem na educação básica, no período desde sua criação em 1990 até 2010, isto é, 20 anos de existência. Traçam o perfil da revista em questão, sinalizando para o distanciamento das discussões de caráter político-ideológico da avaliação ao priorizar o campo da operacionalização das políticas públicas, do aprimoramento, do fazer, do cotidiano e da dimensão técnica da avaliação.

Bauer apresenta uma proposta metodológica de avaliação de impacto de programas de formação docente em serviço. O estudo avaliou os impactos do Programa Letra e Vida nos resultados de desempenho dos alunos de 1ª série em 2007, mensurados por meio do Sistema de Avaliação do Rendimento Escolar do Estado de São Paulo e nas concepções e práticas de alfabetização dos professores que dele participaram. Para o desenvolvimento do trabalho, aplicou-se o método misto, no qual se combinaram dados quantitativos e qualitativos, com vistas a atribuir sentidos e responder às questões da pesquisa de forma consistente. O texto enfoca os aspectos metodológicos concernentes ao tratamento e análise dos dados quantitativos

que compuseram o estudo, visando a sua utilização para as análises de regressão utilizadas para aferir impactos do Programa.

O artigo “Análise da avaliação da alfabetização de Minas Gerais: evolução e desigualdade”, de Riani, Silva e Soares, analisa os resultados do Programa de Avaliação da Alfabetização entre 2006 e 2010 e a evolução das desigualdades regionais entre escolas e entre os alunos. Embora os resultados gerais indiquem que, em média, no período considerado, os alunos aumentaram seu grau de alfabetização, verifica-se que há desigualdades entre as regiões, as escolas e os próprios estudantes. Analisando essa questão, os autores mostram que ocorreu no tempo uma diminuição da desigualdade entre as regiões de Minas e entre os alunos, mas a diferença entre as escolas aumentou. Os resultados sugerem, ainda, a importância da educação infantil no desempenho do estudante e o impacto positivo que se verifica quando a criança entra no ensino fundamental com a idade de 6 anos.

Dois trabalhos dedicam-se a aspectos relativos ao Enem e ao Enade, políticas avaliativas do nível federal. Marcelino e Recena analisam as possíveis influências do novo Enem nos currículos educacionais de Química na educação básica. Foram analisados, com base na Taxonomia Revisada de Bloom, os objetivos educacionais referentes à Química ou Ciências descritos nas Habilidades e Competências da Matriz de Referência de Ciências da Natureza e suas Tecnologias do Enem 2009, atualmente válida. As dimensões do conhecimento e do processo cognitivo foram analisadas e classificadas em extensão e profundidade na Tabela Taxonômica e ficou demonstrado que a ênfase dos objetivos das competências é entender e aplicar conhecimentos procedimentais, enquanto que das habilidades é entender e lembrar conhecimentos conceituais. Conclui-se que o novo Enem pouco pode interferir no ensino tradicional, contribuindo para a formação de um indivíduo conformado com sua realidade, capaz de se adaptar às exigências mercadológicas, que segue as leis, princípios e normas da sociedade e a realidade que lhe é imposta, e incapaz de pensar ativamente sobre ela ou propor meios de alterá-la.

Griboski, por seu lado, estuda o uso das avaliações na Gestão da Educação. O foco principal está na implementação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior, com o

objetivo de avaliar a qualidade dos cursos de graduação oferecidos pelas Instituições de Educação Superior. Analisa o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes e as respectivas alterações metodológicas desde a sua implementação, em 2004, a fim de identificar suas contribuições para a melhoria da qualidade da educação superior, realizando uma reflexão sobre a forma de avaliar a qualidade de cursos de graduação e das instituições de educação superior.

Na parte dedicada a *Outros Temas*, são abordados variados aspectos relativos a diferenciadas avaliações, em seus modelos e propósitos. Souza et al. tratam das dificuldades recorrentes dos alunos do 5º ano do ensino fundamental em Matemática. As questões colocadas são: Por que algumas dificuldades de conteúdo continuaram em todos os anos? – Como os professores identificam tais dificuldades? – Como analisam os resultados das avaliações de larga escala?

Mandelert apresenta o texto “Reprovação em escolas de prestígio”, em que estuda como acontece a reprovação naquelas escolas que são consideradas e avaliadas como entre as melhores do país. Foi possível observar, pelas análises, que a qualidade de ensino, como uma combinação de desempenho e fluxo, não ocorre nessas escolas. A excelência escolar é efetivada por meio de uma intensa seletividade que se opera de diversas formas, sendo a repetência uma das mais importantes.

Calderano, por sua vez, discute “O estágio supervisionado para além de uma atividade curricular: avaliação do processo de formação, desafios no campo e proposições”. Tendo por base reflexões específicas sobre a formação docente, apresenta algumas experiências desenvolvidas nesse campo ocorridas em diversos estados da federação brasileira, bem como em outros países da América Latina. Tais reflexões têm como propósito abrir espaço para focalizar, de perto, o estágio curricular, identificado como uma problemática, que ficou e ainda tem ficado à deriva dentro dos cursos de formação docente. São analisados traços comuns e díspares, presentes no desenvolvimento dos estágios curriculares nos cursos de licenciatura, revelando a complexidade da concepção teórica e metodológica que os sustenta. Apoiando-se em pesquisa empírica, destaca a necessária reconstituição de uma concepção de estágio curricular institucional, para que este se torne não apenas um

componente curricular obrigatório, mas sim uma estratégia didático-pedagógica e política, com a finalidade de estreitar as relações entre os campos da formação e do trabalho docente; entre a teoria e a prática; entre a atuação diária e a pesquisa.

O último artigo, de Felicetti, trata do Prouni, comparando alunos bolsistas, licenciados e não licenciados (outros cursos de graduação). A metodologia usada teve enfoque quantitativo e técnica descritiva e analítica inferencial. Entre os resultados apresentados evidencia-se a necessidade de estudos em âmbito maior, de modo a melhor entender as relações desses graduados no mercado de trabalho, envolvendo aspectos relacionados com a formação acadêmica, com o trabalho atual, com a remuneração e com a satisfação em relação ao trabalho, principalmente no que diz respeito aos graduados dos cursos de licenciatura.

Com esse espectro de pesquisas e reflexões espera-se contribuir para avanços em aspectos de gestão e avaliação, e fomentar o uso de pesquisas para balizar políticas em educação.

Comitê Editorial